



O ESTADO DOS MUNICÍPIOS 2004-2006

Índice Paulista de Responsabilidade Social

**MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Deputado Vaz de Lima
Presidente

Deputado Donisete Braga
1º Secretário

Deputado Edmir Chedid
2º Secretário

Deputado Waldir Agnello
1º Vice-Presidente

Deputado Luis Carlos Gondim
2º Vice-Presidente

Deputada Vanessa Damo
3º Secretário

Deputada Maria Lúcia Prandi
4º Secretário

INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA

Roberto Eduardo Lamari
Diretor-Presidente

Desirée Sépe de Marco
Diretora Executiva

Aparecido Manoel Pereira dos Santos
Diretor Executivo

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

Auro Augusto Caliman
Secretário Geral Parlamentar

Tânia Rodrigues Mendes
Diretora de Departamento de Comissões

Antônio Rudnei Denardi
Diretor de Departamento de Comunicação

Henrique Silveira Neves
Diretor de Departamento de Parlamentar

Maria Helena Alves Ferreira
Diretora de Departamento de Documentação e Informação

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Marcos Eduardo Tribist
Secretário Geral da Administração

Naoto Shitara
Diretor de Departamento de Finanças

Maria de Fátima Porcaro
**Diretora do Departamento de Informática e Desenvolvimento
Organizacional**

Elcio Avelino Araújo
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

André Pinto Nogueira
Diretor do Departamento de Serviços Gerais

Antônio Sílvio Magalhães Júnior
Procurador-Chefe

IPRS: A MODERNIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

A modernização e a eficiência na administração pública dependem da correta utilização das técnicas inovadoras colocadas permanentemente à nossa disposição. Trata-se de um processo irreversível, que se irradia e se acelera graças aos avanços alcançados na troca de informações em escala planetária.

Não há mais barreiras, não há mais obstáculos. O mundo é plano, conforme a feliz definição do jornalista e escritor americano Thomas Friedman.

Organização, método e planejamento aplicados à gestão do Estado fornecem os elementos indispensáveis para a esperada convergência entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

Preocupada com essa questão, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio do Instituto do Legislativo Paulista, firmou parceria com a Fundação Seade para a periódica divulgação do Índice Paulista de Responsabilidade Social, agora em sua quinta edição.

O conjunto de dados e análises que constituem o presente volume propicia uma visão abrangente e ao mesmo tempo detalhada do desempenho de nossos 645 municípios nas três vertentes que compõem o IPRS: riqueza, longevidade e escolaridade.

O cruzamento das múltiplas variáveis em cada etapa do estudo e o agrupamento de resultados segundo rigorosos critérios de avaliação resultam num trabalho esclarecedor.

Para tornar este estudo ainda mais atraente e atualizado, foram incluídas informações sobre a organização municipal para tratar das questões do meio ambiente. Contempla-se, assim, a tendência mundial em valorizar o aspecto ecológico como componente fundamental do verdadeiro progresso.

A democracia exige participação com conhecimento.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo acredita nessa idéia e faz dela um compromisso.

Deputado Vaz de Lima

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, numa parceria entre o seu Instituto do Legislativo Paulista (ILP) e a Fundação Seade, disponibiliza à sociedade e aos formuladores de políticas públicas a nova edição do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). A edição 2008 traz uma novidade: além dos indicadores já utilizados anteriormente, por sugestão do ILP, foram disponibilizados também dados sobre meio ambiente.

O Instituto – sempre aberto às questões que afetam direta e indiretamente a sociedade – não poderia deixar de solicitar a inclusão de tais informações, uma vez que o meio ambiente é reflexo de todas as demais ações da sociedade e o IPRS se tornou, ao longo de suas edições, um importante instrumento para diagnóstico da situação dos municípios paulistas e avaliação dos resultados da ação pública em nosso Estado.

Originado a partir de propostas elaboradas durante o Fórum São Paulo Século XXI, realizado pela Assembléia Legislativa em 2000, o IPRS é parte integrante das atividades e objetivos do ILP, entre os quais se destacam: estudar, pesquisar e dar subsídios para os trabalhos parlamentares e ações legislativas na área de políticas públicas; propiciar a capacitação e o aprimoramento profissional de seus servidores; e buscar a integração da sociedade com o Poder Legislativo, cultivando a cidadania em todos os seus aspectos.

Com sede própria em prédio anexo ao Palácio 9 de Julho – sede do Legislativo paulista –, o ILP tem como atribuições a promoção de debates, seminários, cursos (abertos aos funcionários públicos e ao público em geral) e projetos de cidadania; a elaboração e operacionalização de convênios e protocolos de cooperação técnica, bem como o desenvolvimento de atividades em conjunto com os Departamentos de Comissões e de Recursos Humanos da Assembléia Legislativa.

O trabalho de coleta, análise de dados e resultados, assim como o acompanhamento e a avaliação desses resultados, além da própria publicação do Índice Paulista de Responsabilidade Social, tem levado o Poder Legislativo paulista a contribuir para o aprimoramento da formulação de políticas públicas, ação decisiva para a constante melhoria da atuação do Estado em todas as suas esferas de poder.

Os indicadores do IPRS sintetizam a situação de cada município no que diz respeito a riqueza, escolaridade e longevidade – e, agora, inseridos também os dados sobre meio ambiente.

O ILP se sente muito honrado em atuar na tradução das informações obtidas nesta verdadeira fotografia gerada a partir dessa classificação e, mais do que isso, em torná-la pública. Nosso compromisso é com a sociedade; e poder disponibilizar dados e informações tendo como fim a melhoria das condições de vida da população de cada um dos municípios que compõem nosso Estado é uma das funções deste Instituto.

Roberto Eduardo Lamari

Diretor-Presidente do Instituto do Legislativo Paulista

Desirée Sépe de Marco

Diretora Executiva do Instituto do Legislativo Paulista

Aparecido Manoel Pereira dos Santos

Diretor Executivo do Instituto do Legislativo Paulista



Governador do Estado

José Serra

Vice-Governador

Alberto Goldman

Secretário de Economia e Planejamento

Francisco Vidal Luna

SEADE

Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados

Diretora Executiva

Felícia Reicher Madeira

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Marcos Martins Paulino

Diretor Adjunto de Análise e Disseminação de Informações

Sinéio Pires Ferreira

Diretora Adjunta de Metodologia e Produção de Dados

Marise Borem Pimenta Hoffmann

Chefia de Gabinete

Ana Celeste de Alvarenga Cruz

Conselho de Curadores

Francisco Vidal Luna (Presidente)

Carlos Antonio Gamero

Geraldo Biasoto Junior

Haroldo da Gama Torres

José Paulo Zeetano Chahad

Márcio Percival Alves Pinto

Michael Paul Zeitlin

Saulo Pereira Vieira

Sérgio Besserman Vianna

Tania Di Giacomo do Lago

Conselho Fiscal

Berenice de Oliveira

Gustavo Ogawa

Inês Paz de Oliveira

APRESENTAÇÃO

A Lei de Responsabilidade Fiscal significou para o Brasil um importante ponto de inflexão na direção de um país moderno, que respeita o dinheiro público, os contratos e os compromissos assumidos, tornando-o confiante em sua disposição de caminhar na direção de um crescimento sustentável. O Índice Paulista de Responsabilidade Social nasceu com a idéia de sinalizar aos gestores públicos, especialmente os que atuam no âmbito municipal, a importância de sua responsabilidade também com as pessoas, o aprimoramento do seu conhecimento e a garantia de uma vida mais saudável.

Agora, já em sua quinta edição, podemos afirmar com segurança que tanto a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – que desde o início incentivou a construção deste indicador – como os prefeitos, cujas ações são monitoradas por este instrumento, captaram muito bem essa sinalização. A certeza dessa afirmação está ancorada em dois dados relevantes e objetivos. O primeiro refere-se ao número cada vez maior de prefeitos que têm nos procurado tanto para entender a lógica da construção do indicador como para se informar a respeito de ações efetivas que podem melhorar seu desempenho e sua colocação na escala dos municípios do Estado de São Paulo. Além disso, desde sua formulação original, o IPRS desenvolvido pela Fundação Seade tem o reconhecimento da Organização das Nações Unidas e de outras Unidades da Federação que vêm promovendo iniciativas semelhantes.

Nesta nova edição do IPRS demos um passo adiante, apresentando um conjunto de informações relativas ao arcabouço institucional municipal dirigido ao meio ambiente. Espera-se que a partir dessas e de outras informações sobre o tema se possa, no futuro, incluir a dimensão ambiental ao IPRS. Estaremos assim mais próximos das metas deste governo que é o desenvolvimento sustentável, cujo tripé compõe-se pelas responsabilidades econômica, social e ambiental.

Felícia Reicher Madeira
Diretora Executiva da Fundação Seade

ÍNDICE

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 11
RM de São Paulo, 21
RM da Baixada Santista, 29
RA de Registro, 35
RA de São José dos Campos, 41
RA de Sorocaba, 47
RA de Campinas, 53
RA de Barretos, 59
RA de Franca, 65
RA de Ribeirão Preto, 71
RA de Bauru, 77
RA Central, 83
RA de Marília, 89
RA de São José do Rio Preto, 95
RA de Araçatuba, 101
RA de Presidente Prudente, 107

O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS

O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Esse modelo pressupõe que a renda *per capita* é insuficiente como único indicador das condições de vida de uma população e propõe a inclusão de outras dimensões necessárias à mensuração de tais aspectos de uma sociedade. Assim, além da renda *per capita*, o IDH incorpora a longevidade e a escolaridade, adicionando-se assim as condições de saúde e de educação das populações, gerando um indicador mais abrangente de suas condições de vida.¹

Assentadas nesse paradigma, a Fundação Seade e a Alesp procuraram construir, para o Estado de São Paulo, um indicador que preservasse as três dimensões componentes do IDH – renda, escolaridade e longevidade –, tendo, no entanto, certas especificidades. A primeira, e mais importante, consistiu na elaboração de uma tipologia de municípios que permitisse identificar, simultaneamente, o estágio de desenvolvimento de um determinado município nas três dimensões consideradas: renda, escolaridade e longevidade. Esse tipo de indicador, apesar de não ser passível de ordenação, permite maior detalhamento das condições de vida existentes no município, o que, com certeza, é o mais importante quando se pensa no desenho de políticas públicas específicas para áreas com diferentes níveis e padrões de desenvolvimento.²

Em segundo lugar, incluíram-se, na medida do possível, variáveis capazes de apreender mudanças nas condições de vida do município em períodos mais curtos que os 10 anos que separam os censos demográficos, fonte específica de informações do IDH municipal. E, em terceiro, foram adotados como base de informações, prioritariamente, os registros administrativos que satisfizessem as condições de qualidade, periodicidade e cobertura, necessárias à produção de um indicador robusto, passível de atualização nos anos entre os censos demográficos e com a cobertura de todos os municípios do Estado. Assim,

apesar de representarem as mesmas dimensões, as variáveis escolhidas para compor o IPRS são distintas daquelas empregadas no cálculo do IDH.

A partir desses parâmetros, compôs-se o IPRS de quatro conjuntos de indicadores: três setoriais, que mensuram as condições atuais do município em termos de renda, escolaridade e longevidade – permitindo, nesse caso, o ordenamento dos 645 municípios do Estado de São Paulo segundo cada uma dessas dimensões –; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, resumindo a situação municipal segundo os três eixos considerados.

Em cada uma das três dimensões do IPRS, foram criados indicadores sintéticos que permitem hierarquizar os municípios paulistas conforme seus níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Esses indicadores são expressos em escala de 0 a 100 e constituem uma combinação linear das variáveis selecionadas para compor cada dimensão. A estrutura de ponderação foi obtida de acordo com um modelo de análise fatorial, em que se estuda a estrutura de interdependência entre diversas variáveis.³

O Quadro 1 sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das dimensões do IPRS e a estrutura de ponderação obtida.

Dimensões do IPRS

O indicador de *riqueza municipal* procura captar, ao mesmo tempo, a riqueza do município (por intermédio das variáveis consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços e valor adicionado *per capita*) e a renda familiar (por meio das variáveis consumo de energia elétrica residencial e rendimento médio dos empregados no setor privado com carteira assinada e no setor público). As fontes de informações utilizadas foram os registros administrativos fornecidos pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego.

1. PNUD. *Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros*. Brasília, PNUD, 1998.

2. TORRES, H.G.; FERREIRA, M.P.; DINI, N.P. Indicadores sociais: porque construir indicadores como o IPRS. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.17, n.3-4, 2003.

3. Fundação SEADE. *Índice Paulista de Responsabilidade Social – metodologia*. São Paulo, Fundação Seade, 2004. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/metodologia.pdf>>.

Quadro 1

Síntese das Variáveis Seleccionadas e Estrutura de Pesos Adotada, segundo Dimensões do IPRS

Dimensões	Componentes	Contribuição para o Indicador Sintético
Riqueza Municipal	Consumo residencial de energia elétrica	44%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços	23%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	19%
	Valor adicionado fiscal <i>per capita</i>	14%
Longevidade	Mortalidade perinatal	30%
	Mortalidade infantil	30%
	Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	20%
	Mortalidade de adultos de 60 anos e mais	20%
Escolaridade	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental	36%
	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade	8%
	Porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio	36%
	Porcentagem de crianças de 5 e 6 anos que freqüentam a pré-escola	20%

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Para a dimensão *longevidade*, optou-se por um indicador fundamentado em quatro tipos de mortalidade, em detrimento da esperança de vida usada no IDH, o que, a rigor, permite captar as condições médias da mortalidade de determinada região para todos os grupos de idade. Essa escolha baseou-se no forte componente inercial que um indicador como a esperança de vida carrega, o que o torna incapaz de revelar as particularidades da mortalidade em diferentes regiões. Assim, o indicador de *longevidade* do IPRS é expresso pela combinação das seguintes taxas de mortalidade específicas: perinatal; infantil; de pessoas na faixa etária de 15 a 39 anos e daquelas com idade igual ou maior que 60 anos. A ênfase nessas variáveis deveu-se às especificidades do Estado, com crescente mortalidade de adultos e significativos problemas de óbitos perinatais, abrangendo os natimortos. A fonte de informação adotada é o Registro Civil, cujos dados são organizados e disponibilizados pela Fundação Seade. Utilizaram-se ainda as projeções populacionais para faixas etárias específicas, produzidas também pela Fundação Seade.

Na construção do indicador de *escolaridade*, enfatizou-se a situação escolar de crianças, adolescentes e jovens. As razões para isso foram, em primeiro lugar, o fato de que o nível de escolaridade dos jovens e adolescentes reflete, com maior precisão, a situação geral do sistema de ensino nos últimos anos e, em segundo lugar, porque os jovens comporão a força de trabalho no futuro. Assim, os locais com menor escolaridade nesses segmentos populacionais tendem e tenderão a exibir, em geral, mais problemas no que diz respeito à futura inserção desses indivíduos no mercado do trabalho, o qual tem se mostrado crescentemente seletivo em termos de escolaridade. Nesse sentido, o indicador combina o nível de escolaridade dos adolescentes e jovens (por meio das variáveis porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental e proporção de jovens de 18 e 19 anos com ensino médio completo), a freqüência à educação infantil (porcentagem de crianças de 5 e 6 anos que freqüentam a pré-escola) e a questão do analfabetismo funcional (proporção de jovens de

15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade). As fontes de dados utilizadas foram o Censo Demográfico e o Censo Escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, do Ministério da Educação – MEC.

Além de sintetizarem a situação de cada município no que diz respeito a essas três dimensões – riqueza, escolaridade e longevidade –, tais indicadores foram combinados, gerando uma tipologia que classifica os 645 municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos com características similares de riqueza municipal, longevidade e escolaridade. Essa tipologia permite identificar a situação de cada um dos municípios paulistas nas três dimensões consideradas. A construção dos cinco grupos baseou-se em técnicas de estatística multivariada que, a partir da

identificação de cinco grupos de municípios com padrões similares em termos de condições de vida, possibilitaram sua definição operacional. Para tanto, os três indicadores sintéticos foram transformados em escalas discretas, formadas pelas categorias baixa, média e alta (no caso do indicador de riqueza municipal definiram-se apenas as categorias baixa e alta), a partir das quais foram constituídos os cinco grupos de municípios. O Quadro 2 apresenta os critérios de formação de cada um dos cinco grupos que compõem a tipologia de municípios do IPRS.

O IPRS, diferentemente de indicadores baseados em critérios normativos, é um indicador relativo, isto é, seus parâmetros norteadores são definidos a partir dos próprios dados que lhe dão origem. Em outras palavras, as categorias – *baixa*, *média* e *alta* – que caracterizam os grupos de municípios são estabelecidas

Quadro 2
Critérios Adotados para a Formação dos Grupos de Municípios

Grupos	Categorias
Grupo 1	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 3	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

segundo a realidade dos 645 municípios, no ano em análise. Por exemplo, para um município ser classificado como de *alta escolaridade*, em 2004, a configuração dos componentes do indicador sintético de escolaridade minimamente desejável era representada pelo escore 58. Assim, todos os municípios que obtivessem, no mínimo, esse escore seriam considerados de *alta escolaridade*. Já em 2006, a distribuição dos municípios mostrou que, para serem considerados de *alta escolaridade*, teriam que atingir o escore 68, e não mais 58. Esse novo valor indica que o cenário considerado bom em 2004 já foi superado por muitas localidades, em 2006, e as que se destacam em escolaridade já se distanciaram, em muito, dos níveis anteriores.

Caso a situação não se alterasse substancialmente no período considerado, os pontos de corte permaneceriam pratica-

mente estáveis. Da mesma forma, uma eventual deterioração da situação dos 645 municípios reduziria os pontos de corte. Isso ocorreu com o indicador de riqueza municipal no período 2000-2002, devido aos efeitos do racionamento de energia elétrica ocorrido em 2001, pois os níveis de consumo, em 2002, ainda se encontravam abaixo dos registrados em 2000. Assim, praticamente todos os municípios apresentaram redução no indicador sintético, gerando uma alteração negativa no ponto de corte, que passou de 50 para 41 (Tabela 1).

Os grupos obtidos a partir desses critérios estão descritos de forma sintética a seguir.⁴

Grupo 1: reúne municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais; manteve em 2006 a configuração espacial observada nas edições anteriores, ou seja, a maioria está

Tabela 1
Parâmetros para a Classificação dos Municípios,
segundo Categorias, por Dimensões do IPRS
Estado de São Paulo
2000 – 2006

Categorias	Ano	Dimensões do IPRS		
		Riqueza Municipal	Longevidade	Escolaridade
Baixa	2000	Até 49	Até 64	Até 40
	2002	Até 40	Até 66	Até 50
	2004	Até 42	Até 68	Até 53
	2006	Até 45	Até 70	Até 64
Média	2000	-	65 a 71	41 a 46
	2002	-	67 a 72	51 a 55
	2004	-	69 a 72	54 a 57
	2006	-	71 a 73	65 a 67
Alta	2000	50 e mais	72 e mais	47 e mais
	2002	41 e mais	73 e mais	56 e mais
	2004	43 e mais	73 e mais	58 e mais
	2006	46 e mais	74 e mais	68 e mais

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

4. Deve-se salientar que as descrições mais gerais são válidas tanto para o período 2000-2006 quanto para 1997 e 1992, edições anteriores do IPRS.

localizada ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado (Vias Anhangüera e Presidente Dutra), que se interceptam no Município de São Paulo. Nesse ano, os 64 municípios que compunham o grupo abrigavam 20 milhões de pessoas, ou 50% da população estadual, tornando-o o maior dos cinco grupos em população. Seis, dos dez maiores municípios paulistas, faziam parte dele (São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto), além de importantes pólos regionais como Presidente Prudente, São José do Rio Preto, São Carlos, Araraquara e Bauru.

Grupo 2: engloba localidades com bons níveis de riqueza, que não se refletem nos indicadores sociais, que se situam aquém dos registrados para os municípios pertencentes ao Grupo 1. Entre 2004 e 2006 aumentou de 73 para 78 o número de municípios classificados nesse grupo. Tal fato foi consequência da relativa estabilidade, no período, do indicador de longevidade nos municípios que o compõem quando comparados com os demais municípios do Estado. Dos 78 municípios desse grupo, 82% situam-se nas áreas metropolitanas do Estado e em seu entorno, e aproximadamente um quarto localiza-se na Região Metropolitana de São Paulo. Em 2006, essas cidades representavam pouco mais de 25% da população estadual, totalizando mais de 10,1 milhões de habitantes. Analogamente às edições anteriores, identificam-se, no conjunto desses municípios, três importantes segmentos: municípios industriais, como Cubatão, Osasco, Diadema, Suzano, Sumaré e Guarulhos, localizados em regiões metropolitanas; municípios que abrigam condomínios de alto padrão, como Cotia, Santana de Parnaíba e Itapeverica da Serra; municípios turísticos, tais como Guarujá, São Vicente, São Sebastião, Campos do Jordão e outros. Nesse grupo destacam-se ainda os municípios de Campinas e Santos, sedes de regiões metropolitanas.

Grupo 3: municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas dimensões escolaridade e longevidade. Este grupo, caracterizado por pequenos e médios municípios, englobava 184 localidades com população de 3,1 milhões de pessoas em 2006, equivalendo à média de 17 mil habitantes por município. Nesse ano, apenas 12 possuíam mais de 50 mil habitantes e somente Marília, Jaú, Ourinhos e Birigui registravam população superior a 100 mil pessoas. Concentram-se principalmente na

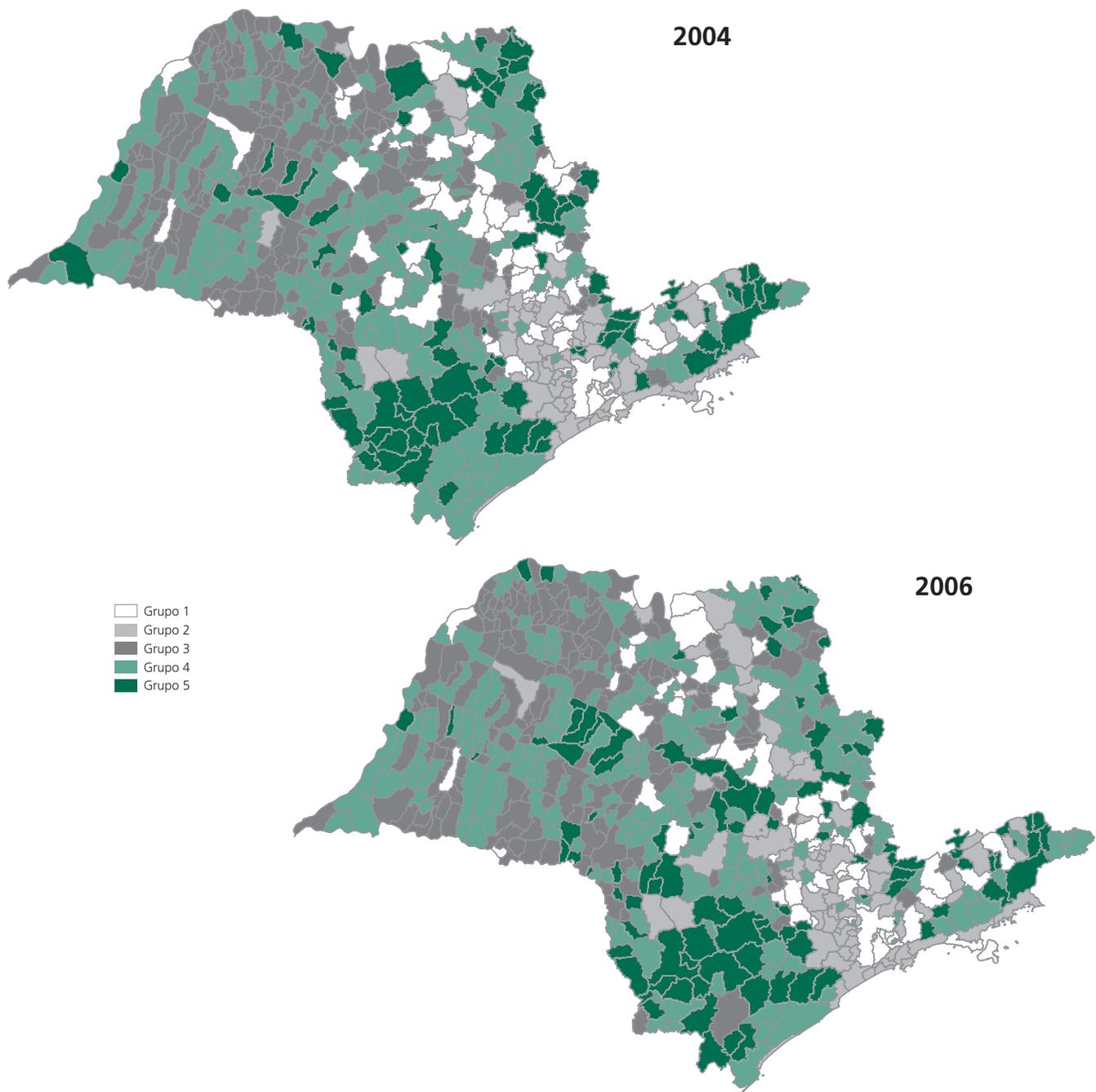
região noroeste no Estado, de modo que 75,1% dos municípios do grupo (153) pertencem às regiões administrativas de São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Marília, Araçatuba e Barretos. Praticamente inexistente esse tipo de município nas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista.

Grupo 4: com 206 municípios e 4,3 milhões de habitantes, em 2006, esse grupo apresenta baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade. É composto por vários municípios dispersos em todas as regiões do Estado, com destaque para as regiões administrativas de Presidente Prudente, Marília, Araçatuba, Bauru e Ribeirão Preto.

Grupo 5: composto por localidades tradicionalmente pobres, com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Este grupo concentra os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais. Em 2006, englobava 113 municípios, com população de aproximadamente 2,4 milhões de pessoas, situando-se em áreas bem específicas do Estado. As regiões administrativas de Sorocaba, São José dos Campos, Franca, Registro e Campinas compreendem 80 das localidades classificadas no Grupo 5, ou seja, aproximadamente 71%. Destacam-se positivamente as regiões de Barretos e São José do Rio Preto, respectivamente, com um e dois municípios classificados nesse grupo, num total de 19 e 96 cidades, respectivamente.

A heterogeneidade econômica e social existente entre os 645 municípios do Estado de São Paulo, em 2006, manteve-se no mesmo padrão espacial de 2004. Os dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado e se interceptam no Município de São Paulo ainda concentram os maiores níveis de riqueza (Grupos 1 e 2). O noroeste paulista, especialmente as regiões de São José do Rio Preto e Barretos, abriga municípios pequenos e com baixos níveis de riqueza, mas com bons indicadores sociais (Grupo 3). Os do Grupo 5, por sua vez, concentram-se nas tradicionais áreas deprimidas do Estado: Vale do Ribeira e região de Itapeva. O Grupo 4, apesar de não apresentar um claro padrão espacial – presente em praticamente todas as regiões do interior do Estado –, aparece com maior intensidade nas regiões leste e centro-oeste (Mapa 1).

Dimensão Riqueza
Municípios Paulistas, segundo Grupos do IPRS
2004-2006

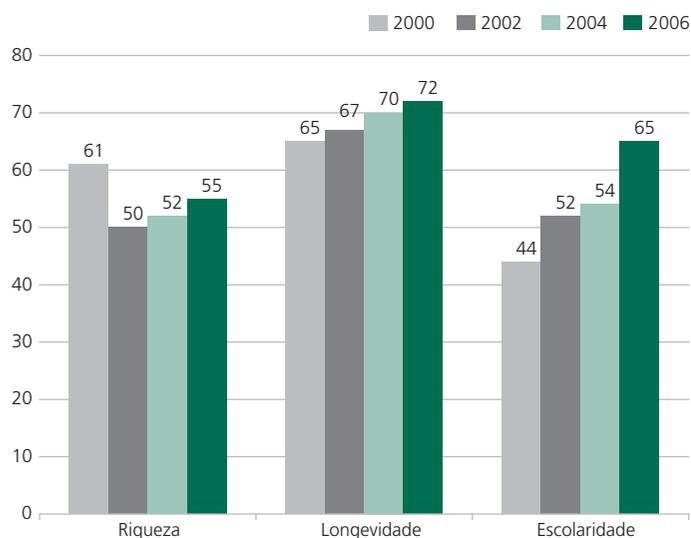


Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

O IPRS no Estado de São Paulo

No período de 2000 a 2006⁵ observou-se, para o conjunto dos municípios do Estado de São Paulo, melhora nas dimensões sociais do IPRS. O indicador de longevidade registrou acréscimo de sete pontos, ao atingir um escore médio igual a 72 em 2006. Esse resultado expressa a redução de aproximadamente 20% na mortalidade infantil e perinatal no período e o decréscimo da mortalidade adulta jovem em mais de 30%. Em escolaridade, o aumento de 21 pontos decorreu da ampliação da cobertura da educação infantil e da conclusão do ensino fundamental e médio entre os adolescentes e jovens. O indicador de riqueza, apesar de se manter abaixo do valor de 2000, melhorou em relação a 2004.

Dimensões do IPRS Estado de São Paulo 2000-2006



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

A análise dos componentes do indicador de riqueza municipal mostrou que, em 2006, todos aumentaram em relação a 2004. Destacam-se o valor adicionado fiscal *per capita* e o consumo de energia elétrica relacionado aos setores primário e terciário da economia, com crescimento de 9% e 6%, respectivamente.

Riqueza

Tomando-se as variáveis que compõem a dimensão riqueza do IPRS,⁶ para o total do Estado de São Paulo, observa-se, no período 2004-2006, o seguinte comportamento:

- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação na agricultura, nos serviços e no comércio aumentou de 15,37 MW para 17,28 MW;
- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação residencial registrou pequeno aumento, passando de 2,16 MW para 2,27 MW;
- o rendimento médio dos assalariados do setor formal aumentou de R\$ 1.369 para R\$ 1.441;
- o valor adicionado fiscal *per capita* subiu de R\$ 10.953 para R\$ 11.944.

Neste ano, em quase todos os municípios do Estado, os níveis de consumo de energia elétrica residencial ainda se encontravam abaixo dos registrados em 2000, o que pode refletir a mudança persistente de comportamento da população após o racionamento de energia de 2001 e a oferta de bens duráveis mais eficientes em relação ao consumo energético. Em contrapartida, o consumo de energia elétrica no comércio, agricultura e serviços apresentava valores acima dos registrados em 2000, com crescimento de 6,1% no período, o que indica aumento da atividade econômica do Estado.

O rendimento médio do emprego formal cresceu 5% em relação a 2004, porém ainda se manteve abaixo dos valores auferidos em 2000. O valor adicionado fiscal *per capita* variou positivamente tanto em relação a 2004 – aproximadamente 9% – quanto em comparação a 2000 – cerca de 2%.

Essa combinação de resultados indica aumento contínuo no nível da atividade econômica no Estado após 2002, apesar de esta ainda se manter abaixo dos patamares observados em 2000.

5. Os anos mencionados nos gráficos e textos relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Para as dimensões de riqueza e escolaridade, esses anos coincidem com os de referência das variáveis originais. Na longevidade, para o IPRS-2000, as taxas de mortalidade correspondem à média do período 1999-2001; para o IPRS-2002, à média do período 2001-2003, para o IPRS-2004, à média do período 2003-2005 e para o IPRS-2006, à média do período 2005-2007. Para a escolaridade, utilizaram-se as informações do Censo Escolar de 2003 para compor o indicador referente a 2004.

6. As variáveis monetárias estão expressas em reais de 2006. O rendimento médio do setor formal foi inflacionado pelo Índice de Custo de Vida – ICV, do Dieese, e o valor adicionado fiscal *per capita* foi corrigido pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

Todas as 15 regiões administrativas – RAs do Estado progrediram no indicador de riqueza municipal, no período de 2004 a 2006. Barretos e a Região Metropolitana da Baixada Santista exibiram o melhor desempenho no período, com acréscimo de 4 pontos no indicador. Em contrapartida, Marília e Registro foram as regiões que apresentaram menor crescimento (apenas um ponto).

Entre 2004 e 2006, o *ranking* de riqueza permaneceu praticamente inalterado entre as regiões administrativas; a Região Metropolitana da Baixada Santista manteve-se em primeiro lugar, seguida da Região Metropolitana de São Paulo e da RA de São José dos Campos. As principais mudanças foram a troca de posições, no período, entre Franca e São José do Rio Preto: enquanto Franca avançou e passou a ocupar a 10ª posição, São José do Rio Preto recuou uma posição, colocando-se em 11º lugar. Analogamente a 2004, os melhores resultados correspondem às regiões metropolitanas ou às situadas nos eixos das Rodovias Anhangüera e Presidente Dutra.

Longevidade

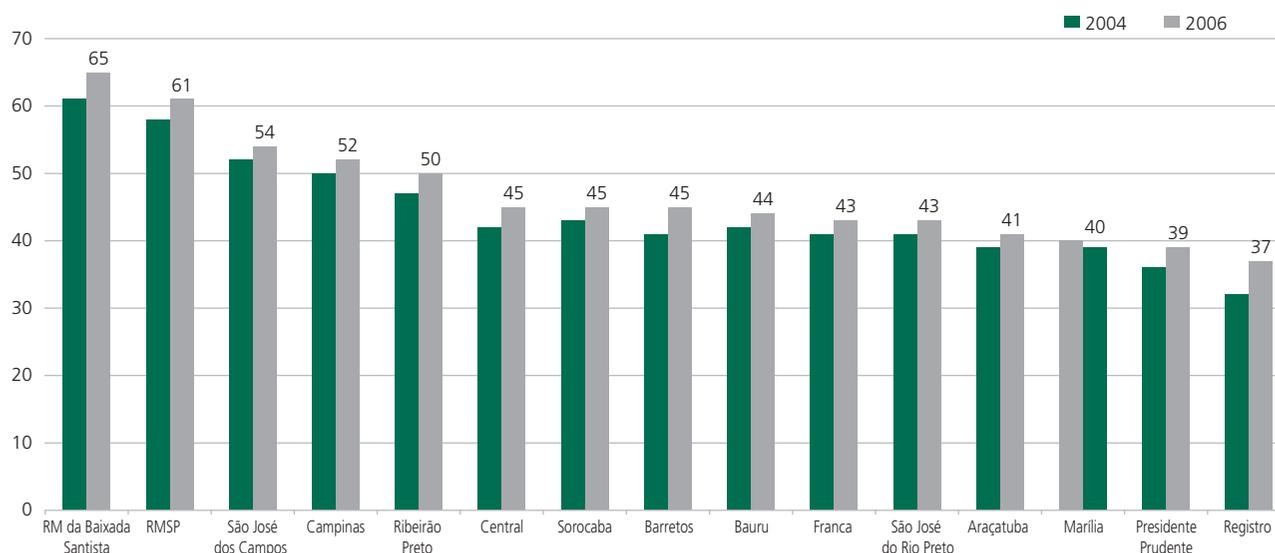
O Estado de São Paulo apresentou progressos importantes na dimensão longevidade, que podem ser observados pelo comportamento dos componentes dessa dimensão, entre 2004 e 2006:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 14,2 óbitos para 13,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 15,2 óbitos para 14,2;
- a taxa de mortalidade de pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 1,7 óbito para 1,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas de 60 anos ou mais (por mil habitantes) sofreu pequena redução, passando de 38,7 para 37,6 óbitos.

Entre 2004 e 2006, a diminuição relativa da mortalidade infantil foi de 6%, o que levou a uma taxa de 13,3 mortes por mil

Dimensão Riqueza

Regiões Administrativas do Estado de São Paulo 2004-2006



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

nascidos vivos no Estado, em 2006. Em 2005, segundo o Ministério da Saúde, no Brasil a taxa era de 21,2 óbitos, valor equivalente a uma vez e meia a observada no Estado de São Paulo.

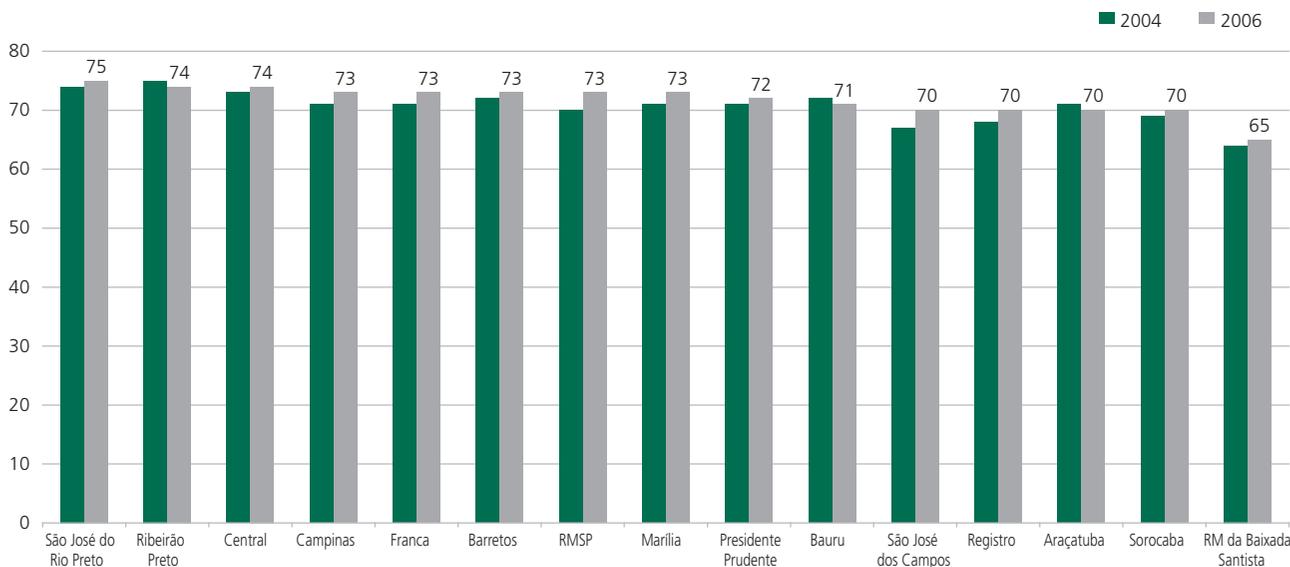
Quando se compara São Paulo com os demais Estados brasileiros, para 2005, apenas Santa Catarina (12,6 óbitos por mil nascidos vivos) apresentava taxa de mortalidade infantil inferior à paulista (13,5). Entre os Estados da Região Sudeste, o que mais se aproxima de São Paulo é o Espírito Santo (15,6). Nas demais regiões brasileiras, com exceção do Sul (13,8), os coeficientes de mortalidade infantil ainda são muito elevados: 17,8 no Centro-Oeste, 23,3 no Norte e 31,6 óbitos por mil nascidos vivos no Nordeste.⁷

Os progressos nessa dimensão foram generalizados sob a ótica regional, embora com intensidades diferentes. Merecem destaque a Região Metropolitana de São Paulo e a Região

Administrativa de São José dos Campos com aumento de três pontos no indicador, que expressa a melhora em todos os seus componentes. Campinas, Franca, Marília registraram aumento de dois pontos no indicador de longevidade.

A RA de Campinas avançou três posições no *ranking* de longevidade, passando a ocupar a 4ª posição nessa dimensão. Já a RA de Bauru recuou cinco posições, situando-se em 10º lugar entre as regiões administrativas, em 2006. A RA de Registro ganhou uma posição, passando a ocupar, em 2006, a 12ª posição no *ranking* de longevidade no Estado, em decorrência, principalmente, da diminuição nas taxas de mortalidade infantil e perinatal. São José do Rio Preto e Ribeirão Preto mantiveram-se, respectivamente, em primeiro e segundo lugar nesse *ranking*, e a Região Metropolitana da Baixada Santista permaneceu na última posição.

Dimensão Longevidade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
2004-2006



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

7. Para permitir a adequada comparação entre os Estados brasileiros, adotou-se para todos, inclusive São Paulo, a estatística oficial disponível mais recente: as taxas de mortalidade infantil calculadas pelo Ministério da Saúde no âmbito da Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSa, publicadas no *site* <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2007/c01.htm>>.

Escolaridade

No que diz respeito à dimensão escolaridade, o escore médio passou de 54 para 65, entre 2004 e 2006. Tal evolução pode ser mais bem apreendida pelo comportamento das variáveis componentes desta dimensão:

- a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo aumentou de 68,3% para 73,8%;
- a parcela das pessoas com 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo atingiu praticamente 100% no total do Estado;
- o percentual de jovens de 18 e 19 anos com ensino médio completo aumentou de 37,6% para 53,9%;
- a proporção de crianças de 5 e 6 anos que freqüentam a pré-escola aumentou de 77,0% para 82,0%.

Esses resultados mostram os avanços contínuos do ensino básico no Estado – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Sobressaem a educação infantil, particularmente a pré-escola, que já atinge 82% das crianças de 5 e 6 anos, e a conclusão do ensino fundamental entre os adolescentes de 15 a 17 anos.

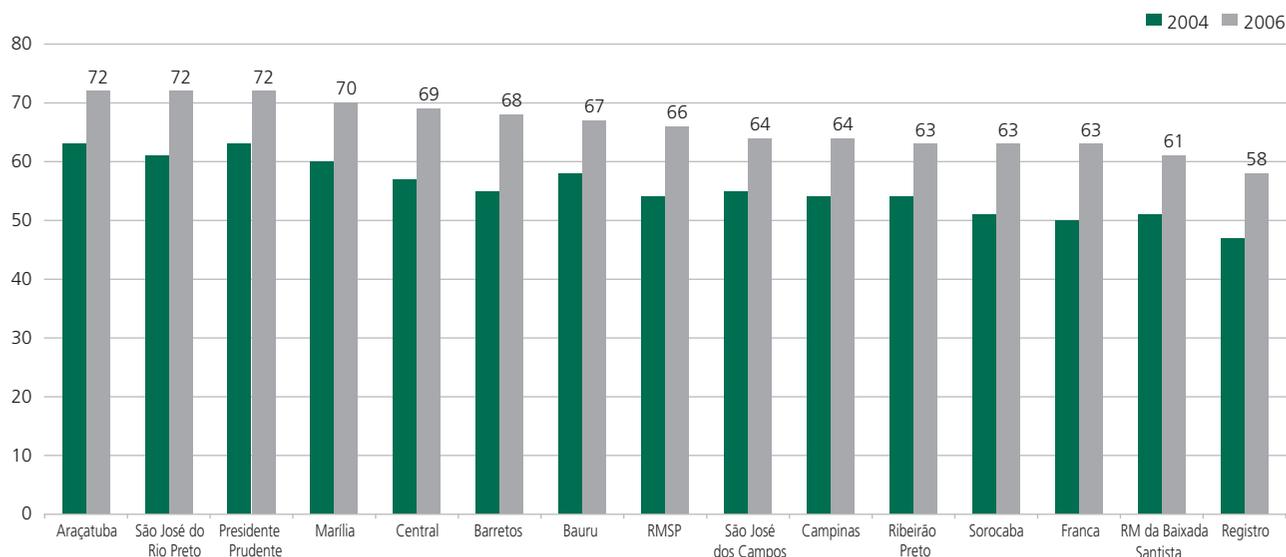
Todas as regiões administrativas avançaram no indicador de escolaridade. As regiões com os maiores crescimentos foram Franca, Barretos, Sorocaba, Região Metropolitana de São Paulo, Central e Registro.

No ranking de escolaridade, as RAs de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente situam-se nas três primeiras posições, e Registro ainda se mantém como a 15ª região do Estado nesse indicador.

Os resultados desta quinta edição do IPRS mostram consistente melhora nos três indicadores que compõem os grupos do IPRS. Em riqueza, destaca-se o bom desempenho dos componentes relacionados à atividade econômica; em longevidade, a redução dos níveis de mortalidade infantil, perinatal e de jovens e adultos; e em escolaridade, o crescimento da cobertura dos ensinos fundamental e médio entre os jovens e adolescentes.

A despeito da manutenção do padrão espacial das condições socioeconômicas, no período 2004-2006, aumentou o número de municípios pertencentes ao Grupo 5 do IPRS nas regiões de Bauru, Campinas, Central, Marília, Presidente Prudente, Registro e Ribeirão Preto. Ao passo que nas regiões de Barretos, Franca, São José dos Campos e RMSP esse grupo diminuiu.

Dimensão Escolaridade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
2004-2006



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.